

Planejamento das Ações do SCFV do SUAS

Dr.^a Silvia Aline Ferreira

Assistente Social, Pós Doutoranda em Serviço Social pela UFPB/PB; Doutora em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente/SP; Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



**PAULUS
SOCIAL**



A arte de viver é simplesmente a arte de
conviver... simplesmente, disse eu? Mas como é
difícil!

(Mario Quintana)

I Encontro:

SUAS: princípios, diretrizes e público alvo

Proteção Social Básica e Especial

Serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos

Planejamento das Ações do Serviços Socioassistenciais

Projeto Político Pedagógico e o direcionamento das ações

Planejamento Estratégico para SCFV

Metodologias Participativas no Planejamento do SCFV

II Encontro:

Planificação do Planejamento das Ações:

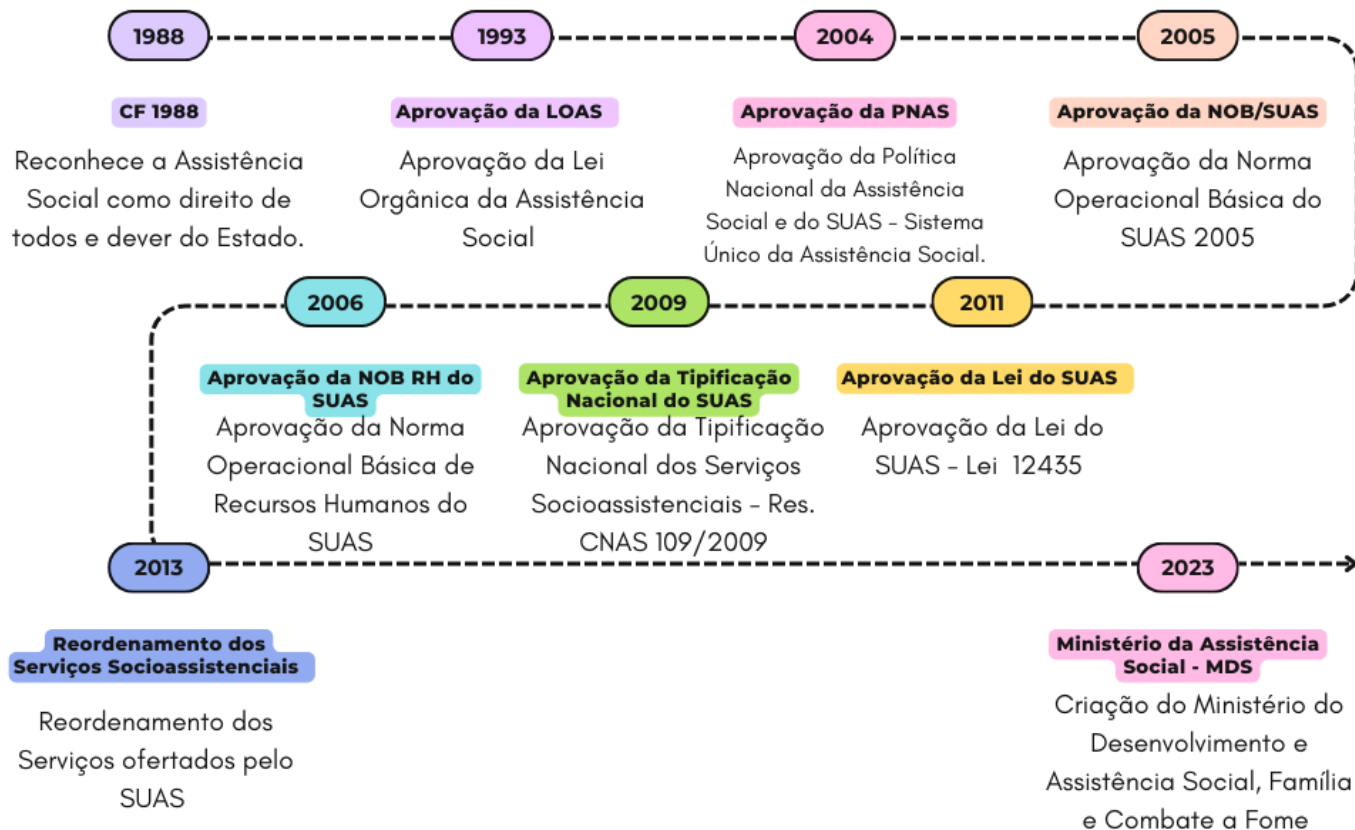
Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação

Indicadores de Resultado do SCFV

Comunicação e Sensibilização: como comunicar as ações do SCFV para os stakeholders envolvidos (rede intersetorial, família e comunidade)

Oficina de Aprendizagem

Como chegamos até aqui???





O que é o SUAS

- O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público, descentralizado e participativo que organiza os serviços de assistência social no Brasil.
- Com um modelo de **gestão participativa**, ele articula os esforços e os recursos dos três níveis de governo, para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.
- O Suas organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a **Proteção Social Básica**, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a **Proteção Social Especial**, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros.
- Também oferta os Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma integrada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade.

Pilares do SUAS



Funções do SUAS:



Proteção Social

Vigilância Socioassistencial:

Defesa de Direitos:

A Assistência Social e as Proteções afiançadas:

- ***Proteção Social Básica*** – tem por objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e, ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento.

- ***Proteção Social Especial*** – É a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social. São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas.

Ocorrem nas modalidades da proteção social especial de **média** e **alta complexidade**.

SUAS – ORGANIZAÇÃO

Prevenção de situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Proteção Social Especial

Modalidade de atendimento assistencial dirigido às situações de violação de direitos/ fragilidade ou ruptura dos vínculos familiares e comunitários

Proteção Social Básica

O SUAS e a Estrutura Protetiva



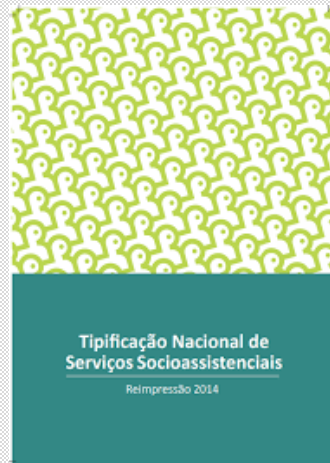
- a função social de proteção são fundamentais nos territórios, ou seja, produz para o cidadão um sentimento de segurança, a partir do qual ele possa afirmar “se eu precisar, sei que posso contar”. Essa certeza é a primeira ideia que devemos fixar quando queremos construir referência. (BRASIL, NOB-RH/SUAS - Anotada e Comentada, 2011).
- As “desigualdades” estão presentes nos “territórios” e provocam “violências” no campo relacional que podem ser acolhidas no âmbito do SUAS.
- Não se trata, portanto, de uma amalgamação aleatória de conceitos, mas do reconhecimento da interface e da produção de efeitos que cada um destes conceitos provoca na vida das pessoas e que **nos convoca a novas práticas interventivas, de caráter restaurador e emancipatório.**



- **Serviços** – ações continuadas que visam o atendimento de necessidades básicas da população, oferecidos de acordo com os níveis de proteção social;
- **Programas** – ações integradas e complementares e não continuadas;
- **Projetos** – investimentos econômico-sociais nos grupos populacionais em situação de pobreza, integrando o nível de proteção básica;
- **Benefícios** – BPC, Benefícios Eventuais e os de Transferência de Renda (programas de repasse direto dos fundos de assistência social aos beneficiários).

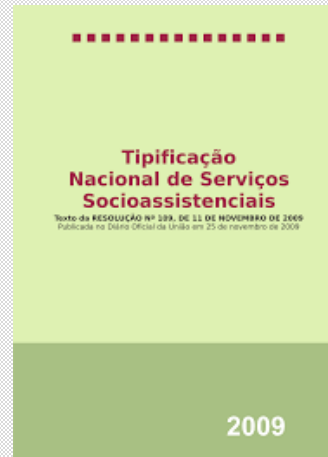


Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - Resolução CNAS n.º 109/2009



Tipificação Nacional de
Serviços Socioassistenciais

Reimpressão 2014



Tipificação
Nacional de Serviços
Socioassistenciais

Texto da RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009
Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009

2009

Quadro síntese dos serviços por nível de complexidade

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

1.	Serviço de P roteção e A tendimento I ntegral à F amília – PAIF
2.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
3.	Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Média Complexidade	
1.	Serviço de P roteção e A tendimento E specializado a F amílias I ndivíduos – PAEFI
2.	Serviço Especializado de Abordagem Social
3.	Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)
4.	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias
5.	Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua
Alta Complexidade	
6.	Serviço de Acolhimento Institucional
7.	Serviço de Acolhimento em República
8.	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
9.	Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

- SCFV de 0 a 6 anos;
- SCFV de 06 a 15 anos
- SCFV 15 a 17 anos
- SCFV de 18 a 59 anos
- SCFV acima dos 60 anos

Proteção Social Básica

2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

SERVIÇO PARA CRIANÇAS ATÉ 6 ANOS: Tem por foco o desenvolvimento de atividades com crianças, familiares e comunidade, para fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil, sendo um serviço complementar e diretamente articulado ao PAIF.

SERVIÇO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 15 ANOS: Tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária.

SERVIÇO PARA ADOLESCENTES E JOVENS DE 15 A 17 ANOS: Tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho.

SERVIÇO PARA ADULTOS DE 18 A 59 ANOS: Tem foco no fortalecimento da convivência familiar e comunitária, por meio de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã.

SERVIÇO PARA IDOSOS: Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social.

Seguranças Sociais Afiançadas pelo SUAS

- Segundo a NOB **SUAS** 2012 **são seguranças afiançadas pelo SUAS:**
- Acolhida;
- Renda;
- Convívio ou Vivência Familiar, Comunitária e **Social**;
- Desenvolvimento da Autonomia;
- Apoio e Auxílio.



Ação Preventiva

Prevenir ocorrências que interfiram no exercício da cidadania

Prevenir = Preparar; chegar antes; evitar algo, impedir que se realize.

Denota a exigência de uma ação antecipada, baseada no conhecimento do território, dos fenômenos e de suas características específicas culturais, econômicas sociais.

O caráter preventivo requer intervenções orientadas.

Evitar a ocorrência ou o agravamento de situações de vulnerabilidades e risco social.

Ação Protetiva

Centrar esforços em intervenções que visam amparar, apoiar, auxiliar, resguardar, defender o acesso das famílias e seus membros aos seus direitos.

Assim a PSB incorpora todas as intervenções de caráter protetivo, envidando esforços para defesa da garantia e promoção dos direitos da família.

Atuação Proativa

Intervenção frente a situações problema que obstaculizam acesso a direitos

Ser proativo no âmbito da Proteção Social Básica. É tomar iniciativa/promover ações antecipadas ou imediatas frente a situação de vulnerabilidade ou risco social .

Atuação proativa é imprescindível para materializar a atuação intencional preventiva e protetiva

Convivência como direito social

- Expresso no ECA e na revisão da LOAS;
- Associada à não- institucionalização e não isolamento: convivência familiar e comunitária;
- Motivação na PNAS: Tornar visível os invisíveis.
- Maiores responsabilidades ao reconhecer dimensão de proteção de indivíduos e suas famílias.

SCFV x PAIF

- Considerando a referência e a contrarreferência entre os equipamentos CRAS e CREAS, bem como a articulação entre PAIF e PAEFI, **é indispensável que os técnicos desses serviços estabeleçam diálogo sobre os encaminhamentos a serem realizados, a fim de que o usuário encaminhado ao CRAS para participar do SCFV seja inserido em um grupo que efetivamente atenda às suas necessidades, a partir das vivências que ensejaram o seu atendimento/acompanhamento.**
- Ratifica-se que **os encaminhamentos para o SCFV**, independentemente de se tratarem de usuários em situação prioritária, **inserem-se na lógica da complementariedade do trabalho social com famílias.** Nesse sentido, os usuários são encaminhados ao SCFV pelo CRAS.
- Caberá à equipe técnica do CRAS ou CREAS, quando for o caso, indicarem a(s) situação(ões) de prioridade, assumindo a responsabilidade pelo acompanhamento familiar.

Vigilância Socioassistencial x SCFV

- A vigilância socioassistencial consiste no desenvolvimento de capacidades e meios técnicos para que os gestores e profissionais da assistência social possam conhecer a vulnerabilidade social da população e do território pelo qual são responsáveis, induzindo o planejamento de ações preventivas e contribuindo para o aprimoramento de ações que visem a restauração de direitos violados e a interrupção de situações de violência.
- A vigilância deve produzir e organizar dados, indicadores, informações e análises que contribuam para a efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos; desta forma, fortalecendo a capacidade de proteção social e de defesa de direitos da política de assistência social.

- Por meio do uso dos dados do Sistema de informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC) para a realização de estudos diversos.
- Esse sistema comporta uma série de informações sobre os usuários e os profissionais do Serviço, bem como sobre o território onde ele é executado.
- Acompanhar, por exemplo, as situações de violações de direitos mais recorrentes entre os usuários do SCFV, no decorrer dos meses, e a região do território onde estão mais concentradas; a situação de evasão dos usuários do SCFV, os períodos do ano em que ocorre mais e as principais motivações para isso; a faixa etária que tem maior demanda e adesão ao Serviço, no decorrer do tempo; entre outras informações.
- A sistematização dessas informações auxilia na avaliação do SCFV e dá subsídios para revisão de práticas, ao aperfeiçoamento das estratégias utilizadas, ao estabelecimento de metas para redução de situações de violações de direitos, entre outras ações. AS informações do SISC podem ser associadas ao Registro Mensal de Atendimentos (RMA) e as do Censo SUAS.

Comprovação situação de prioridade

- É importante destacar que o § 2º do art. 3º, da Resolução CNAS nº1/2013, estabelece que a comprovação das situações prioritárias ocorre por meio de documento técnico que deverá ser arquivado por um período mínimo de cinco anos, ficando à disposição dos órgãos de controle, na unidade que oferta o SCFV ou no órgão gestor, podendo este ser o CRAS, unidade que coordena todo o serviço executado no território.
- O documento precisa ser preenchido por um profissional de nível superior que possua registro profissional, assinado e com a respectiva identificação profissional e deverá ser arquivado em local que garanta sigilo.

Cálculo da Meta – CIT01/2013

- **Art. 6º** O cálculo da capacidade de atendimento do SCFV terá como base as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico sobre o quantitativo de pessoas de até 17 (dezesete) anos e maiores de 60 (sessenta) anos, oriundas de famílias com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, observados os seguintes parâmetros:
 - I - para até 3.000 (três mil) pessoas, aplica-se o percentual de 6% (seis por cento) de atendimento, observado o disposto no §4º desse artigo;
 - II - de 3.001 (três mil e um) a 10.000 (dez mil) pessoas aplica-se o percentual de 4% (quatro por cento) de atendimento sobre o total que excede 3.000 (três mil);
 - III - acima de 10.000 (dez mil) pessoas aplica-se o percentual de 2% (dois por cento) de atendimento sobre o total que excede 10.000 (dez mil).

Valor Repasse Cofinanciamento:

- **Art. 7º** O valor mensal de referência para cálculo do montante a ser repassado pelo PBV é de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por usuário e será aferido até o limite da capacidade de atendimento aceita pelo município ou o Distrito Federal.

Vejam o exemplo na tabela abaixo:

Município X ¹ que possui capacidade de atendimento mínima de 180 usuários	
<i>Cálculo da capacidade para cofinanciamento</i>	<i>180 x R\$50,00 = 9.000,00</i>
<i>Componente I (permanente)</i>	<i>R\$ 4.500,00</i>
<i>Componente II (variável)</i>	<i>até R\$ 4.500,00*</i>
<i>Total do PBV</i>	<i>R\$ 9.000,00</i>

**O valor referente ao componente II é variável, pois dependerá do cumprimento da meta de atendimento do público abrangido pelas situações prioritárias descritas na Resolução CNAS nº 01/2013.*

- **Art. 8º** O componente I compreende a parcela do PBV destinada a garantir a capacidade de atendimento aceita pelo município ou o Distrito Federal.
- **§1º** O valor do componente I representa 50% (cinquenta por cento) do montante do cofinanciamento do PBV ao município ou ao Distrito Federal.
- **§2º** Nenhum município ou o Distrito Federal receberá como componente I valor inferior a R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), **desde que atendido o mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da capacidade de atendimento aceita.**
- **Art. 9º** O componente II compreende a parcela do PBV destinada à indução do atendimento e à inclusão de público prioritário.

SCFV

- No âmbito da proteção social básica, **a dimensão relacional e o direito ao convívio devem ser assegurados ao longo do ciclo de vida**, por meio da promoção da convivência, socialização e construção de um sentimento de pertença e identidade.
- Devemos compreender a **convivência e os vínculos como inerentes à condição humana**, e, conseqüentemente, à nossa sociedade, tendo em vista que esta é construída entre sujeitos de direitos que se constituem na medida em que se relacionam entre si e com o meio em que vivem, de maneira autônoma e igualitária..

- **Objetivos do SCFV, conforme consta na Resolução CNAS nº 109/2009:**

- Complementar o trabalho social com família;
- Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos e, em especial, das pessoas com deficiência;
- Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios;
- Promover acessos a serviços setoriais - educação, saúde, cultura, esporte e lazer -, contribuindo para o usufruto dos demais direitos pelos usuários;
- Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã;
- Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer;
- Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências.

Importante observar que, no intuito de atingir esses propósitos, faz-se necessário que a organização desse serviço possibilite aos seus usuários:

- Espaços de reflexão sobre o papel das famílias na proteção de seus membros.
- Estímulos na construção e reconstrução de suas histórias, vivências individuais e coletivas, na família e no território.
- Vivência dos percursos, conforme especificidade dos ciclos de vida.
- Trocas culturais e de vivências, por meio de atividades intergeracionais.
- Incentivos à participação comunitária, à apropriação dos espaços públicos e à atuação protagonista no território. (MDS, 2013, p. 68-74).

O SCFV é um espaço para...

- Escutar e ser escutado
- Reconhecer limites e Construir projetos
- Admirar as diferenças
- Valorizar o Outro
- Reconhecer e nomear emoções
- Exercitar escolhas
- Produzir coletivamente
- Dialogar para resolver conflitos
- Aprender e ensinar de igual para igual
- Tomar decisões

OFICINA: LEMBRANÇAS DA MINHA INFÂNCIA

- **COMIDA DA INFÂNCIA**
- **UMA BRINCADEIRA**
- **ESCOLA**
- **PROFESSOR**
- **AMIGO**
- **LUGAR**
- **CHEIRO**
- **AVENTUTRA**
- **ROUPA**
- **UMA REBELDIA**
- **UM SONHO**
- **UM SENTIMENTO DE ADOLESCÊNCIA**

- **QUAIS DESAFIOS DE SER CRIANÇA E ADOLESCENTE HOJE?**

Os encontros do SCFV são um espaço para promover:

- **processos de valorização/reconhecimento**: estratégia que considera as questões e os problemas do outro como procedentes e legítimos;
- **escuta**: estratégia que cria ambiência – segurança, interesse etc. – para que os usuários relatem ou compartilhem suas experiências;
- **produção coletiva**: estratégia que estimula a construção de relações horizontais – de igualdade –, a realização compartilhada, a colaboração;
- **exercício de escolhas**: estratégia que fomenta a responsabilidade e a reflexão sobre as motivações e os interesses envolvidos no ato de escolher;

- **tomada de decisão sobre a própria vida e de seu grupo:** estratégia que desenvolve a capacidade de responsabilizar-se, de negociar, de compor, de rever e de assumir uma escolha;
- **diálogo para a resolução de conflitos e divergências:** estratégia que favorece o aprendizado e o exercício de um conjunto de habilidades e capacidades de compartilhamento e engajamento nos processos resolutivos ou restaurativos;
- **reconhecimento de limites e possibilidades das situações vividas:** estratégia que objetiva analisar as situações vividas e explorar variações de escolha, de interesse , de conduta, de atitude, de entendimento do outro;
- **experiências de escolha e decisão coletivas:** estratégia que cria e induz atitudes mais cooperativas a partir da análise da situação, explicitação de desejos, medos e interesses; negociação, composição, revisão de posicionamentos e capacidade de adiar realizações individuais;

- **aprendizado e ensino de forma igualitária**: estratégia que permite construir, nas relações, lugares de autoridade para determinadas questões, desconstruindo a perspectiva de autoridade por hierarquias previamente definidas;
- **reconhecimento e nomeação das emoções nas situações vividas**: estratégia que permite aprender e ter domínio sobre os sentimentos e afetações, de modo a enfrentar situações que disparam sentimentos intensos e negativos em indivíduos ou grupos;
- **reconhecimento e admiração da diferença**: estratégia que permite exercitar situações protegidas em que as desigualdades e diversidades podem ser analisadas e problematizadas, permitindo que características, condições e escolhas sejam tomados em sua raiz de diferença e não a partir de um juízo de valor hegemônico.

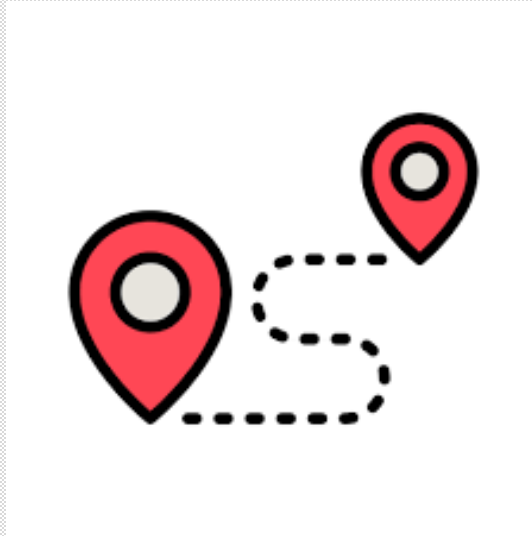
- Vale ressaltar que essas estratégias deverão ser condizentes com as situações de fragilização de vínculos e o que as motivou, ou seja, a partir da definição de qual intervenção será mais adequada ao indivíduo ou ao grupo que participará do SCFV, o que caracteriza a construção do percurso do grupo.

A convivência pode ser compreendida como processo, mas também como metodologia de trabalho que assegure a coesão do grupo.

Para desenvolvê-la, podem ser utilizados vários recursos metodológicos tais como:

- narrativas / história oral;
- elaborar um jogo;
- leitura de um texto;
- filmes; trechos de novela,
- história ou biografias;
- confecção de algum material (colcha de retalho, bolsas, caixas etc.); brincadeiras de roda;
- jogos dramáticos;
- jogos cooperativos;
- dinâmicas de grupo;
- visita a equipamentos culturais ou lazer, dentre outros.

Organização de Percursos



PERCURSO

- O SCFV é realizado em grupos e as atividades são organizadas considerando um período de tempo para a sua execução.
- Isso significa que, a partir dos eixos orientadores do serviço, o planejamento das atividades a serem executadas junto aos grupos deve prever início, meio e fim para o seu desenvolvimento, conforme objetivos e estratégias de ação preestabelecidas.
- Isto não significa que ao final de um percurso a participação do usuário no serviço deve ser encerrada. O usuário pode permanecer participando de quantos percursos forem necessários, a partir da avaliação técnica, da disponibilidade de vagas para o SCFV e de seu desejo, quando for o caso.

DIMENSÕES DO GRUPO

- **EU COMIGO** (autoconhecimento e autogestão das emoções - individual);
- **EU COM O OUTRO** (vê, percebe e considera o outro, desenvolvimento de empatia);
- **EU COM O GRUPO** (gestão dos relacionamentos);
- **EU COM A COMUNIDADE** (incidência no território).

Quadro Síntese dos Percursos

	PERCURSOS				
	INÍCIO	DESENVOLVIMENTO			FIM
	Percurso I	Percurso II	Percurso III	Percurso IV	Percurso V
	<i>O grupo criou vida!</i>	<i>O grupo se viu!</i>	<i>O grupo alhou o mundo!</i>	<i>O grupo reinventou sua casa!</i>	<i>E o grupo voou...</i>
	Objetivo: Constituir o grupo	Objetivo: Refletir sobre ser idoso, envelhecimento e relação familiar	Objetivo: Refletir sobre a comunidade e a contribuição social do idoso	Objetivo: Exercitar capacidades criativas, participação social e construção de projetos pessoais e coletivos	Objetivo: Encerrar o grupo e criar possibilidade de encontros entre os participantes
Encontro I	Acolhida dos idosos no grupo	Como é ser idoso hoje? (primeira parte)	Faço parte do envelhecimento populacional? O que isso quer dizer?	O idoso e as instâncias de participação e controle social	Como continuarei com o grupo? (primeiro momento)
Encontro II	Definindo regras e acordos	Como é ser idoso hoje? (segunda parte)	O lugar onde moro (primeiro momento)	Respeito e valorização da pessoa idosa: prevenção à violência (primeiro momento)	Como continuarei com o grupo? (segundo momento)
Encontro III	Conhecendo as expectativas do grupo	Envelheço com quem? (primeira parte)	O lugar onde moro (segundo momento)	Respeito e valorização da pessoa idosa: prevenção à violência (segundo momento)	Como continuarei com o grupo? (terceiro momento)
Encontro IV	Explorando as expectativas do grupo	Envelheço com quem? (segunda parte)	A contribuição dos idosos na construção da comunidade	A luta por outros direitos	O que aprendi no grupo?
Encontro V	Planejando as atividades (primeiro momento)	Os direitos e os deveres do cidadão idoso (primeira parte)	O trabalho do idoso	Participação do idoso na comunidade (primeiro momento)	O que levarei comigo?
Encontro VI	Planejando as atividades (segundo momento)	Os direitos e os deveres do cidadão idoso (segunda parte)	Vida e memória	Participação do idoso na comunidade (segundo momento)	O que o Serviço tem para dizer ao idoso?
Encontro VII	Planejando as atividades (terceiro momento)	Uma vida ativa e saudável! (primeira parte)	Memória e diversidade cultural: expressão dos povos	A contribuição do idoso na família (primeiro momento)	Encerramento final do Percurso
Encontro VIII	Encerramento do Percurso I	Uma vida ativa e saudável! (segunda parte)	Idoso é cultura: valorização da memória e de expressões artísticas e culturais dos idosos	A contribuição do idoso na família (segundo momento)	
Encontro IX		Encerramento do Percurso II	As possibilidades da geração atual de idosos (primeiro momento)	Olhando para o futuro: o que gostaria de criar/ser? (primeiro momento)	
Encontro X			As possibilidades da geração atual de idosos (segundo momento)	Olhando para o futuro: o que gostaria de criar/ser? (segundo momento)	
Encontro XI			Encerramento do Percurso III	Encerramento do Percurso IV	

Como organizar o encontro:

- 1) Acolhida: boas-vindas com breve dinâmica - brincadeira, jogo ou afim -, que integre os participantes e estimule as primeiras interações em grupo;
- 2) Atividade principal: conversação e/ou fazer previstos para o encontro do dia, que podem ser precedidos da apresentação de seus objetivos e/ou da explicação sobre a atividade em si;
- 3) Fechamento da atividade: dinâmica que envolva reflexões que se conectem aos objetivos da atividade.

O que é Planejamento?

- **Planejamento:** ato ou efeito de planejar, criar um plano para otimizar a alcance de um determinado **objetivo**. Esta palavra pode abranger muitas áreas diferentes.
- O planejamento consiste em uma importante tarefa de **gestão e administração**, que está relacionada com a **preparação, organização e estruturação** de um determinado objetivo;
- É essencial na **tomada de decisões** e execução dessas mesmas tarefas. Posteriormente, o planejamento também é a confirmação se as decisões tomadas foram acertadas (feedback);

Um indivíduo que utiliza o planejamento como uma ferramenta no seu trabalho, demonstra um interesse em prever e organizar ações e processos que vão acontecer no futuro, aumentando a sua racionalidade e eficácia.

Planejamento enquanto processo político

- Processo contínuo de tomada de decisões, inscritas na relação de poder (jogo de vontades políticas dos diferentes grupos envolvidos, a correlação de forças, a articulação desses grupos, as alianças ou as incompatibilidades existentes).
- Além das condições técnicas e leitura da realidade é necessário conhecer a conjuntura

Planejamento como processo técnico-político

- A decisão de planejar envolve o movimento de reflexão, decisão, ação e reflexão, com as seguintes aproximações:
 - Construção/reconstrução do objeto;
 - Estudo de situação;
 - Definição de objetivos para a ação;
 - Formulação e escolha de alternativas;
 - Montagem de planos, programas e/ou projetos;
 - Implantação;
 - Implementação;
 - Controle da execução;
 - Avaliação do processo e da ação executada;
 - Retomada do processo em um novo patamar.

Síntese da dinâmica do processo de Planejamento

A decisão de planejar envolve o movimento de reflexão, decisão, ação e reflexão, com as seguintes aproximações:

Quadro I: síntese da dinâmica do processo de planejamento

Processo Racional	Fases Metodológicas	Documentação Decorrente
Reflexão	(Re)construção do objeto	Proposta preliminar
	Estudo de situação Estabelecimento de prioridades	Diagnósticos
	Propostas alternativas	Estudos de viabilidade Anteprojetos
Decisão	Escolha de prioridade Escolha de alternativas Definição de objetivos e metas	Planos Programas Projetos
Ação	Implementação Implantação Execução Controle	Roteiros Rotinas Normas/Manuais Relatórios
Retomada da reflexão	Avaliação Retomada do processo	Relatórios avaliativos Novos planos, programas e projetos

Quadro I: síntese da dinâmica do processo de planejamento

Processo Racional	Fases Metodológicas	Documentação Decorrente
Reflexão	(Re)construção do objeto	Proposta preliminar
	Estudo de situação Estabelecimento de prioridades	Diagnósticos
	Propostas alternativas	Estudos de viabilidade Anteprojetos
Decisão	Escolha de prioridade Escolha de alternativas Definição de objetivos e metas	Planos Programas Projetos
Ação	Implementação Implantação Execução Controle	Roteiros Rotinas Normas/Manuais Relatórios
Retomada da reflexão	Avaliação Retomada do processo	Relatórios avaliativos Novos planos, programas e projetos

Definição de Objetivos

Ao definir o objetivo deve ser considerado os seguintes propósitos do planejamento:

- De crescimento:
- De mudança
- De legitimação

O objetivos podem ser subdivididos em:

- Objetivos gerais - valores principais
- Objetivos específicos - decomposição do geral
- Objetivos operacionais - as ações

Os objetivos: natureza e princípios

Natureza:

- Longo prazo: ultrapassam um período governamental (mais de 5 anos)
- Curto prazo: a ser alcançados no exercício de uma administração (entre 3 e 4 anos)
- Imediatos: objetivos estabelecidos para curtíssimo prazo (atividades cotidianas)

Princípios:

- Aceitabilidade
- Exequibilidade
- Motivação
- Simplicidade
- Comunicação

O que precisa ser feito	Urgência e Importância	Prazo
1- Ações de Curto Prazo	São ações urgentes, se não realizadas agravam os problemas e aumentam os riscos futuros.	Até 6 meses para serem realizadas.
2- Ações de Médio Prazo	São ações importantes, embora não urgentes, se não realizadas atrasam as conquistas e aumentam os riscos futuros.	Até 12 meses para serem realizadas.
3- Ações de Longo Prazo	São ações importantes e Estratégicas, se não realizadas levam à estagnação e inviabilizam perspectivas futuras.	Até 24 meses para serem realizadas.

1- Ações de Curto Prazo (até 6 meses para serem realizadas)	Prazo Início	Prazo Final	Responsável
1-			
2-			
3-			
4-			
5-			

O que você está planejando para sua vida?

Como gostaria de estar daqui 2 anos? 5 anos? 10 anos?

Onde gostaria de estar daqui 2 anos? 5 anos? 10 anos?

O que você quer fazer daqui 2 anos? 5 anos? 10 anos?

Tudo é planejamento!

Planejamento

- ❑ Sequência de atos decisórios, ordenados em momentos definidos e baseados em conhecimentos teóricos, científicos e técnicos;
- ❑ Seleção de atividades necessárias para atender a questões determinadas;
- ❑ Otimização do seu inter-relacionamento, considerando recursos, objetivos, prazos e outros.

O planejamento é muitas vezes confundido com o plano, programa ou projeto, os quais são apenas os meios pelos quais o planejamento se expressa.

PLANO

- ✓ É o documento mais abrangente e geral;
- ✓ Deve conter estudos, análises situacionais ou diagnósticos necessários à identificação dos pontos a serem atacados, dos programas e projetos necessários, dos objetivos, estratégias e metas de um governo, de um Ministério, de uma Secretaria ou de uma Unidade;
- ✓ O **plano** delinea as decisões de caráter geral do sistema, suas grandes linhas políticas, as estratégias, as diretrizes e responsabilidades. (Plano Básico e Plano de ajusten Catadores)

PROGRAMA

- ✓ É o documento que indica um conjunto de projetos cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política pública.
- ✓ O **Programa** detalha por setor a política, as diretrizes, as metas e medidas instrumentais.
- ✓ É o desdobramento do plano;
- ✓ Os objetivos específicos do plano serão os objetivos gerais do programa.

PROJETO

- ✓ Sistematiza e estabelece a operacionalização de um conjunto de ações;
- ✓ O projeto deve indicar os meios necessários para o alcance dos resultados;
- ✓ É o instrumento mais próximo da execução;
- ✓ Deve detalhar as atividades, prazos, recursos humanos, materiais, orçamento e cronograma;
- ✓ É a menor unidade do processo de planejamento;
- ✓ Trata-se de um instrumento técnico-administrativo de execução de empreendimentos específicos, direcionados para as mais variadas atividades interventivas e de pesquisa no espaço público e no espaço privado.

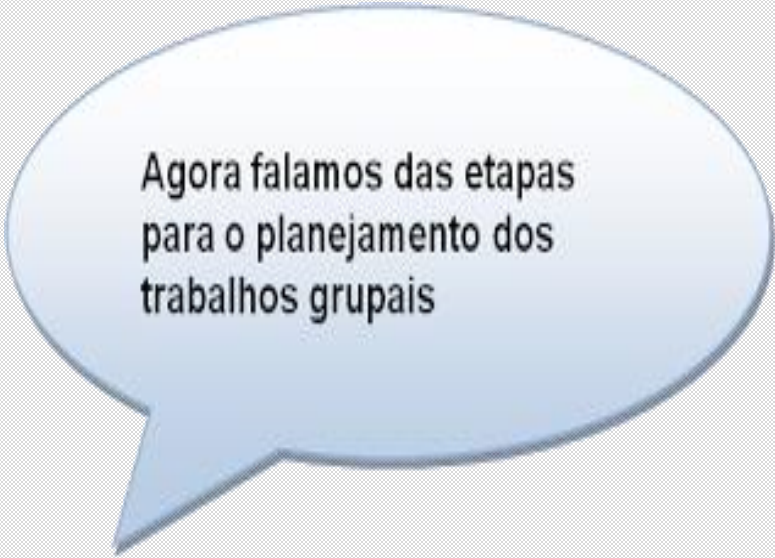
- Há diferença entre Gestão Estratégica e Planejamento Estratégico.
- O **Planejamento Estratégico** é um processo gerencial que diz respeito à formulação de objetivos para a seleção de programas de ação e para sua execução, levando em conta as condições internas e externas à organização e sua evolução esperada.
- Já a **Gestão Estratégica** é uma forma de acrescentar novos elementos de reflexão e ação sistemática e continuada, a fim de avaliar a situação, elaborar projetos de mudanças estratégicas e acompanhar e gerenciar os passos de implementação. Como o próprio nome diz, é uma forma de gerir toda uma organização, com **foco em ações estratégicas** em todas as áreas.

- Planejar estrategicamente significa pensar a organização como um todo em sua relação com o ambiente, numa perspectiva de futuro.
- É ver o todo antes das partes.
- Criar uma visão de futuro e dos meios para alcançá-lo.
- Daí a importância de analisar o ambiente para redefinir missão e escolher estratégias de ação, ou seja, posicionar-se.

O que deve ter um plano estratégico?

- Identificação das Demandas
- Público-alvo
- Missão, visão e valores
- Análise SWOT
- Objetivos macros
- Estratégias para alcançar os objetivos macros
- Planos de ação
- Indicadores

Etapas para planejamento dos Grupos



Agora falamos das etapas
para o planejamento dos
trabalhos grupais

- **1) Fazer o diagnóstico =>**

- objetivo conhecer o contexto e as pessoas que compõem o grupo- faixa etária, condição social, cultural, anseios, motivações, necessidades, conversas, levantamento de dados, pesquisas. É permanente e deve ser revisto periodicamente. A partir dos dados coletados devem permitir conhecer melhor o problema e o contexto a ser trabalhado. Após análise e reflexão, devemos escolher, dentre as necessidade levantadas, aquelas a serem priorizadas.

- **2) Definir os objetivos =>** Aonde se quer chegar, o que se pretende com o trabalho e quais os resultados desejados. Os objetivos devem ser claros e precisos, pois nortearão todo o trabalho.
-
- **3) Definir Metas =>** Quantificar os objetivos. Estabelece o número de pessoas a serem atendidas, quantos facilitadores atuarão e qual o tempo para realização do trabalho.

- **4) Definição de Estratégias =>** Operacionalizar o trabalho. Nesta etapa planeja-se como fazer alcançar os objetivos propostos. Define-se os métodos, as técnicas e responsabilidades.

-

- **5) Levantar Recursos =>** Levantar tudo o que será necessário para a realização das atividades, desde que envolve recursos humanos (pessoais envolvidas nas atividades.; os recursos físicos (espaço, luminosidade, ventilação). Para isso deve-se considerar disponibilidade de espaço físico, temperatura, atividades a serem desenvolvidas, etc; recursos materiais (papel, lápis, giz, gravador, cadeiras, mesas TV, vídeo, projetor,etc), até os recursos financeiros (valores de que se pode dispor para custear local, pessoal e material a ser utilizado).

- **6) Fazer Cronograma** => Nada mais é que a distribuição das atividades previstas dentro do tempo disponível para a realização do trabalho. Deve conter neste cronograma, número de encontros, carga horária e temática por encontro.
- **7) Avaliar o trabalho grupal** => Usar como ferramenta uma avaliação, que deve ser permanente e sistemática. Deve anteceder e suceder cada etapa, a fim de verificar necessidades de adequação ou reformulação. Busca conhecer a efetividade do trabalho, atingir os objetivos propostos, modificações necessárias, etc.

Muito se discute sobre indicadores, em empresas privadas e também na administração pública; sem dúvida, trata-se de um tema recorrente e considerado fundamental. Mas quantas organizações aplicam de forma consistente uma gestão suportada por indicadores?

O uso de indicadores na gestão não deve ser pensada/usada apenas para captar recursos, mas também, na oferta dos serviços (planejamento, monitoramento e avaliação)

Tipos de indicadores

Indicadores de processo:

São medidas que indicam a realização das atividades. Medem a eficiência de determinado processo de trabalho, ou seja, o quanto se consegue produzir com os meios disponibilizados e o consumo mínimo de recursos e esforços. Muitas vezes, é solicitado também o meio de verificação, que é a forma de coleta das informações, conforme pode ser observado no exemplo abaixo:

Atividade	Indicadores	Meios de verificação
Realizar duas capacitações em agroecologia para 30 agricultores cada.	<ul style="list-style-type: none">– Quantidade de capacitações realizadas;– Quantidade de agricultores capacitados.	<ul style="list-style-type: none">– Listas de presença– Fotos– Relatórios

Indicadores de resultado:

Essas medidas expressam, direta ou indiretamente, os benefícios decorrentes das ações empreendidas. Está relacionado aos objetivos específicos. Apontam a eficácia, ou seja, a capacidade de alcançar as metas e objetivos planejados. Veja o exemplo:

Objetivo específico	Indicadores	Meios de verificação
Difundir a aplicação de técnicas agroecológicas junto aos agricultores.	<ul style="list-style-type: none">- Diversidade de espécies produzidas nas roças,- Teor de matéria orgânica nos solos,- Independência de insumos externos.	<ul style="list-style-type: none">- Fotos- Relatórios- Visitas técnicas- Entrevistas

Indicadores de impacto

Possuem natureza abrangente e medem os efeitos de médio e longo prazos. Estão relacionados à capacidade de cumprir os objetivos almejados, entregando os produtos com os meios disponibilizados, diz respeito à efetividade. Está mais relacionado ao objetivo geral. Veja o exemplo:

Objetivo Geral	Indicadores	Meios de verificação
Aumento da segurança alimentar com a implantação de sistemas agroflorestais.	<ul style="list-style-type: none">– Redução no valor gasto com a compra de insumos externos para produzir alimentos,– Aumento na diversidade de alimentos na mesa da famílias	<ul style="list-style-type: none">– Relatos– Entrevistas– Pesquisa



Eficiência

custo-benefício da operação e consiste na característica de uma equipe que consegue produzir exatamente o que era esperado dela, entregando um trabalho de qualidade, no prazo exigido e dentro do orçamento. Quanto menor for o esforço necessário para realizar uma tarefa, maior será a eficiência do trabalho produzido.

Eficácia

Fazer o que deve ser feito. A preocupação, nesse caso, é a qualidade da entrega em si, e não a redução dos custos da operação.

Efetividade

É a habilidade de ser eficiente e eficaz ao mesmo tempo, ou seja, de atingir as metas definidas no prazo e orçamento estabelecidos e conseguir apresentar um resultado final satisfatório. Efetividade representa, portanto, a capacidade de reduzir os custos operacionais de determinado projeto, mas ainda assim garantir que o produto final seja o melhor possível.

Indicadores de eficiência e eficácia

Quadro de indicadores e formas de verificação de cumprimento do objeto

Objetivo (s)	Indicadores de alcance de resultados	Formas de verificação
Objetivo específico 1:		1-
		2-
		3-
Objetivo específico 2:		1-
		2-

Etapas e cronograma de execução

Meta	Atividade		Valor (R\$)	Início	Término
Meta 1	Etapa 1.1	Realização de 1 visita em cada um dos polos do SCFV para aplicação dos questionários previamente elaborados em temáticas		Mês	Mês
	Etapa 1.2	Percepção socioambiental empírica a partir das visitas e observação		Mês	Mês
	Etapa 1.3	Organização e sistematização das informações obtidas através dos questionários e elaboração de um relatório para cada polo SCFV		Mês	Mês

Indicadores de eficiência e eficácia

Quadro de monitoramento de cumprimento de metas e etapas

Meta	Etapa	Indicadores de execução
		1-
		2-
		3-
		1-
		2-

Fazer uma lista sobre demandas e potencialidades do SCFV

Demandas

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is a vertical margin line on the left side, creating a narrow left margin. The paper appears to be from a notebook or a standard composition book.

Potencialidades

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. On the left side, there is a vertical margin line, creating a narrow left margin. The paper appears to be a standard notebook page or a sheet of stationery designed for writing. There is no handwriting or other markings on the page.

Competências Visão de Futuro, Foco em Resultados e Planejamento



Visão

É a descrição do futuro desejado e reflete o alvo a ser procurado pelos esforços da direção e pela alocação de recursos. Deve conter tanto a aspiração, como a inspiração. A aspiração de tornar-se "algo" ou "alguém", e a inspiração do "porque isso deve merecer e valer a pena ser concretizado".

Perguntas para definir a Visão

- 1.No que o SCFV quer se tornar?
- 2.Onde estará?
- 3.O que será?
- 4.Em que direção deve apontar os esforços para se tornar o que deseja?

Missão

A missão é uma declaração concisa do propósito e das responsabilidades da uma organização, perante os seus diversos públicos.

Perguntas para definir a Missão

1. Por que o SCFV existe?
2. O que o SCFV faz?
3. Para quem ele faz?

Exercício em grupos:

1. Definir a Missão do SCFV.

- 1. Por que o SCFV existe?**
- 2. O que o SCFV faz?**
- 3. Para quem ele faz?**

2. Definir a Visão de Futuro do SCFV

- 1. No que o SCFV quer se tornar?**
- 2. Onde estará?**
- 3. O que será?**
- 4. Em que direção deve apontar os esforços para se tornar o que deseja?**

Pensar SCFV de Forma Estratégica

Analisar continuamente os ambientes interno e externo do SCFV, a partir de uma visão global, priorizando a aplicação de soluções de curto, médio e longo prazos para atingir os resultados definidos.



Importância

- **O Pensamento Estratégico** em ação facilita a aprendizagem e a mudança organizacional e contribui para uma melhor gestão.
- **O Pensamento Estratégico** deve sempre preceder o **Planejamento Estratégico**.
- Devemos desenvolver a competência de **pensar a longo prazo** para aprender a **planejar a longo prazo**.

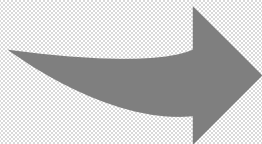
1- Informação Disponível

INFORMAÇÕES INTERNAS (SCFV e Ambiente Interno)	INFORMAÇÕES EXTERNAS (Território e Ambiente Externo)
<ol style="list-style-type: none">1. Histórico, Missão, Valores, Visão2. Localização3. Sede, espaço e operações4. Infraestrutura5. Equipamentos e materiais6. Convênios com Prefeitura e outros7. Oscilação e/ou rotatividade de participantes8. Rotinas administrativas e operacionais9. Documentação institucional, inscrição, prontuários, relatórios etc10. Capacitação11. Perfil dos participantes12. Grau de conhecimento das Vulnerabilidades familiar13. Público Prioritário14. Participação usuário e sua família15. Principais Fortalezas e Fraquezas	<ol style="list-style-type: none">1. População do entorno em número2. Percepção da população sobre o SCFV3. Características do bairro e da região de abrangência do SCFV4. Legislação pertinente SCFV5. Posicionamento dos governos municipal, estadual e federal sobre o SCFV6. Parceiros potenciais e porque podem apoiar SCFV7. Principais ameaças e oportunidades

PASSOS PARA REALIZAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2- ANÁLISE DA INFORMAÇÃO - Análise SWOT

Na conquista dos
Objetivos do SCFV



AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO
<u>FORTALEZAS</u> (S trengths)	<u>OPORTUNIDADES</u> (O pportunities)
DIAGNÓSTICO	PROGNÓSTICO
<u>FRAQUEZAS</u> (W eaknesses)	<u>AMEAÇAS</u> (T hreats)

PASSOS PARA REALIZAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2- ANÁLISE DA INFORMAÇÃO - Análise SWOT

"Concentre-se nos pontos fortes,
reconheça as fraquezas, agarre as
oportunidades e proteja-se
contra as ameaças "

(Sun Tzu, 500 a.C., "A Arte da Guerra")



2- ANÁLISE DA INFORMAÇÃO - Análise SWOT

Exercício em grupos:

1. Apresentar ao grupo como é a oferta do SCFV no seu município e Analisar a situação do SCFV, considerando todas as informações importantes, tanto do ambiente interno, quanto externo.
2. Distribuir as informações na matriz de análise, destacando quais são os pontos fortes e fracos e quais as oportunidades e ameaças que o grupo está enxergando, a partir destas informações.

MATRIZ DE SWOT (FOFA)

Análise dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos			
Fortalezas		Oportunidades	
1-		1-	
2-		2-	
3-		3-	
4-		4-	
5-		5-	
Fraquezas		Ameaças	
1-		1-	
2-		2-	
3-		3-	
4-		4-	
5-		5-	

Projeto Político Pedagógico e o direcionamento das ações

- O **Projeto Político-Pedagógico (PPP)** do **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)** é um documento estratégico que organiza e orienta as ações socioeducativas do SCFV, com base nos princípios e diretrizes do **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. O PPP tem como objetivo traçar o **plano de atuação** pedagógica e política do serviço, garantindo que suas ações estejam alinhadas aos direitos e à proteção social dos usuários, além de promover o desenvolvimento integral e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

- Instrumento pensado para a realidade da escola formal, aos poucos o PPP foi apropriado pela educação social. Para expressar a intencionalidade educativa da proposta pela educação social, denomina-se ação socioeducativa o campo da aprendizagem voltado para a convivência grupal
- e participação na vida pública, entendendo-se que seu objetivo consiste em ampliar a ação de um ensino apenas conceitual para uma perspectiva de desenvolvimento integral

- **Proposta:** proposição, intento, compromisso de fazer.
- Supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro.
- **Política:** segundo Aristóteles, “o homem é um ser político”;
- logo, todas as suas ações se dão de forma intencional e nas relações sociais. A educação, sendo uma construção humana e ocorrendo nas relações sociais de forma intencional, passa a ser um ato político.
- **Pedagógico:** refere-se à dimensão que possibilita a efetivação da finalidade da educação, que é o ato de ensinar e aprender.

Roteiro para a produção do Projeto Político pedagógico

- **a)** Apresentação / Introdução
- **b)** Identificação da Unidade do Serviço
- **c)** Descrição do Serviço
- **d)** Diagnóstico/Características da realidade da Unidade do Serviço
- **e)** Identificação e Participação dos Usuários do Serviço
- **f)** Objetivos
- **g)** Parâmetros pedagógicos: princípios, diretrizes e teorias

- **h)** Metodologia
- **i)** Recursos materiais, socioeducativos e humanos
- **j)** Programação de proposta para efetivar as práticas: metas, responsável, prazos, indicadores e impacto social esperado
- **k)** Informação, monitoramento e avaliação do Plano
- **l)** Financiamento do Serviço
- **m)** Articulação em Rede
- **n)** Referências (Regulamentações, Leis, Decretos, resoluções, outros)



NÃO ESTOU SOZINHO,
SÓ ESTAMOS
ESPALHADOS...



...MAS JÁ
COMEÇAMOS A
NOS REUNIR!



Dr^a Silvia Aline Ferreira
18 -997781989